

**CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS DE DELEGADO DE POLÍCIA DO ESTADO DO
MARANHÃO
PADRÃO DE RESPOSTAS DAS QUESTÕES DISCURSIVAS**

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

1ª Questão

(Tráfico de entorpecentes – competência – flagrante – prova – princípio constitucional – tipificação – concurso de crimes)

Item	Descrição	Pontuação
I	O candidato deverá discutir a questão da competência, concluindo pela competência da justiça estadual, não se tratando de competência da justiça federal porquanto a lança perfume não é considerada substância entorpecente na Argentina, o que afasta o tráfico internacional, sendo tranqüila a jurisprudência do STJ neste sentido	0,0 – 0,5 – 1,0 – 1,5 – 2,0
II	O candidato deverá enfrentar a questão da legalidade da diligência policial no interior do quarto do acusado, analisando se o estado de flagrância autoriza a invasão operada, bem como eventual necessidade de mandado judicial, também analisando sobre o ângulo da suspeita concreta em razão do que fora informado pela outra acusada	0,0 – 0,5 – 1,0 – 1,5 – 2,0
III	O candidato deverá capitular a conduta da acusada, inclusive eventual associação entre ela e o corréu	0,0 – 0,5 – 1,0
IV	O candidato deve analisar eventual incidência da causa de aumento do Inciso 40, III, da Lei n. 11.343/06, havendo divergência jurisprudencial sobre o tema, porquanto para alguns somente incide a majorante quando o tráfico ocorre no interior do coletivo, enquanto os outros interpretam a norma de forma objetiva, pouco importando que a droga esteja no maleiro do ônibus. Prevaleceu na 2ª Turma do STF o primeiro entendimento em voto capitaneado por Rosa Weber, ficando vencido Fux	0,0 – 0,5 – 1,0 – 1,5 – 2,0 – 2,5 – 3,0
V	Também deverá o candidato analisar se a acusada faz jus ao redutor do § 4º do Art. 33 da Lei n. 11.343/06, enfrentando o tema de acordo com a doutrina e a jurisprudência, certo que alguns apenas exigem a presença dos requisitos ditados pela norma, enquanto outros somente aplicam o redutor quando indicada a traficância ocasional e episódica, também podendo o candidato analisar eventual inconstitucionalidade da norma por falta de proteção	0,0 – 0,5 – 1,0 – 1,5 – 2,0
VI	O candidato deverá tipificar a conduta do acusado, inclusive o crime de associação entre ele e a corré	0,0 – 0,5 – 1,0
VII	Analisando eventual concurso de crimes, porquanto a droga foi enviada da Argentina por meio da corré e depois ele guardava outra droga no interior do quarto do hotel, além de arma com numeração raspada	0,0 – 0,5 – 1,0 – 1,5 – 2,0 – 2,5 – 3,0
VIII	O candidato deverá analisar a questão divergente na doutrina e na jurisprudência acerca da aplicação da causa de aumento do Art. 40, IV, da Lei n. 11.343/06 ou o crime autônomo da lei de armas, eis que a arma foi encontrada juntamente com a droga	0,0 – 0,5 – 1,0 – 1,5 – 2,0

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL**2ª Questão**

(Lesão corporal – estupro – extinção da punibilidade – inquerito – nexo causal – crime preterdoloso – previsibilidade – competência)

Item	Descrição	Pontuação
I	O candidato deverá inicialmente capitular a conduta do estuprador (Art. 217-A c/c 226, II, do CP)	0,0 – 0,5 – 1,0 – 1,5 – 2,0
II	O candidato deverá discutir se a presunção de violência é absoluta ou relativa, mormente porque o enunciado afirma que ela tinha comportamento sexual avançado	0,0 – 0,5 – 1,0 – 1,5 – 2,0
III	Deverá o candidato justificar a razão de não ter sido lavrado o flagrante em desfavor do estuprador, o que se justifica pela ausência do estado de flagrância	0,0 – 0,5 – 1,0 – 1,5 – 2,0
IV	O candidato deverá informar que com a morte do estuprador o delegado teria que encaminhar os autos ao MP relatando o ocorrido e pugnando pelo arquivamento na forma do Art. 107, I, do Código Penal	0,0 – 0,5 – 1,0 – 1,5 – 2,0
V	O candidato deverá capitular a conduta do pai da ofendida, certo que ele deverá responder pelo crime do Art. 129, § 2º, IV, do CP, não havendo dúvida que da violência resultou deformidade permanente, sendo evidente o caráter vexatório das lesões	0,0 – 0,5 – 1,0 – 1,5 – 2,0
VI	Na oportunidade, deverá discutir a razão de não ser possível responsabilizá-lo pelo crime de homicídio por ausência de dolo	0,0 – 0,5 – 1,0
VII	Bem como pelo crime de lesão corporal seguido de morte, destacando que houve quebra do nexo causal	0,0 – 0,5 – 1,0 – 1,5 – 2,0
VIII	E que também a morte não lhe era previsível quando causou as lesões	0,0 – 0,5 – 1,0 – 1,5 – 2,0
IX	Analisando, ainda, eventual cabimento da forma privilegiada	0,0 – 0,5 – 1,0

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL**3ª Questão**

(Prisão preventiva de ofício – possibilidade)

Item	Descrição	Pontuação
I	O candidato inicialmente deverá responder a questão de forma objetiva no sentido de que a lei permite que o juiz de ofício decrete a prisão preventiva do acusado no curso do processo, inclusive citando o Art. 311 do CPP	0,0 – 1,0 – 2,0 – 3,0 – 4,0 – 5,0
II	O candidato deve discutir não ser possível a prisão de ofício no curso do inquérito, eis que o mesmo artigo exige requerimento do MP, do querelante ou assistente, ou representação da autoridade policial	0,0 – 1,0 – 2,0 – 3,0 – 4,0 – 5,0
III	Após a resposta de forma objetiva enfrentando as questões acima, ou seja, a diferença entre a prisão na fase da investigação e na ação penal, o candidato deverá discutir a crítica da doutrina acerca do tema, como faz Aury Lopes	0,0 – 0,5 – 1,0 – 1,5 – 2,0
IV	O candidato deve analisar a quebra dos princípios da imparcialidade e da inércia, além do sistema acusatório, com a decretação de ofício	0,0 – 0,5 – 1,0 – 1,5 – 2,0
V	Bem como eventual conflito do Art. 311 do CPP com o Art. 20 da Lei n. 11.340/06 que permite a prisão preventiva do agressor no curso do inquérito, esclarecendo qual a regra que deve prevalecer, certo que quando da edição da Lei Maria da Penha o CPP permitia a prisão cautelar no curso do inquérito, o que não mais é possível, prevalecendo no STF o entendimento de que como a legislação especial apenas reproduzia o modelo anterior do CPP, com a alteração, deve prevalecer a nova regra	0,0 – 0,5 – 1,0 – 1,5 – 2,0

DIREITO CONSTITUCIONAL

4ª Questão

(A questão tem por objetivo avaliar o conhecimento do candidato quanto ao tema das Comissões Parlamentares de Inquérito, especialmente em vista da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca dos limites aos poderes investigatórios da Comissão.)

Item I	Pontuação
O candidato deve identificar, em primeiro lugar, a possibilidade de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no plano estadual, desde que prevista na Constituição do Estado-Membro. A esse respeito, o Supremo Tribunal Federal, inclusive, já afirmou que a possibilidade de criação de comissões parlamentares de inquérito seria, à luz do princípio federativo, uma norma de absorção compulsória nos Estados-Membros, destinada a garantir o potencial do Poder Legislativo em sua função de fiscal da Administração (nesse sentido, ACO 730, Rel. Min. Joaquim Barbosa, julgamento em 22-9-2004, Plenário, DJ de 11-11-2005)	0,0 – 1,0 – 2,0 – 3,0 – 4,0
O candidato deverá, ainda, identificar que a Constituição da República, em seu Art. 58, § 3º, atribui às Comissões Parlamentares de Inquérito "poderes de investigação próprios das autoridades judiciais". Dentre esses poderes, inclui-se a quebra do sigilo bancário dos investigados. Entretanto, o Supremo Tribunal Federal já fixou o entendimento de que tal medida restritiva de direito fundamental somente poderá ser adotada após deliberação da Comissão, e não de forma monocrática, em respeito ao princípio da colegialidade. Nesse sentido: "O princípio da colegialidade traduz diretriz de fundamental importância na regência das deliberações tomadas por qualquer CPI, notadamente quando esta, no desempenho de sua competência investigatória, ordena a adoção de medidas restritivas de direitos, como aquelas que importam na revelação (<i>disclosure</i>) das operações financeiras ativas e passivas de qualquer pessoa. A legitimidade do ato de quebra do sigilo bancário, além de supor a plena adequação de tal medida ao que prescreve a Constituição, deriva da necessidade de a providência em causa respeitar, quanto à sua adoção e efetivação, o princípio da colegialidade, sob pena de essa deliberação reputar-se nula." (MS 24.817, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 3-2-2005, Plenário, DJE de 6-11-2009.)	0,0 – 1,0 – 2,0 – 3,0 – 4,0

Item II	Pontuação
O candidato deve identificar que a impetração do mandado de segurança foi incorreta, ainda que tenha sido respeitado o prazo decadencial, uma vez que, com o encerramento da Comissão Parlamentar de Inquérito pela conclusão dos seus trabalhos, não subsiste objeto para eventual mandado de segurança, e nem legitimidade passiva ao Presidente da CPI. Da mesma forma, perde o objeto o mandado de segurança anteriormente impetrado. A questão já foi decidida reiteradas vezes pelo Supremo Tribunal Federal, que sempre afirmou, inclusive, não ser possível a indicação do Presidente de Comissão já encerrada como autoridade coatora. Com o término dos trabalhos da Comissão de que resultou o ato questionado (quebra do sigilo bancário), exauriu-se o mandato de seu Presidente, o que implica impossibilidade de figurar como autoridade coatora, ainda que subsistam os documentos produzidos. Após o encerramento dos trabalhos da Comissão estadual, a Assembléia Legislativa passa a ser a responsável pelos documentos, e não o Presidente da CPI (MS 23.709 AgR, Rel. Min. Maurício Corrêa, julgamento em 9-8-2000, Plenário; MS 25.459 AgR, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 4-2-2010, Plenário, DJE de 12-3-2010; MS 25.081 AgR, Rel. Min. Joaquim Barbosa, julgamento em 31-5-2006, Plenário, DJ de 29-6-2007)	0,0 – 1,0 – 2,0 – 3,0 – 4,0 – 5,0 – 6,0 – 7,0 – 8,0

DIREITO ADMINISTRATIVO

5ª Questão

3. Organização Administrativa: centralização, descentralização, concentração e desconcentração; organização administrativa: administração direta e indireta. 6. Ato administrativo: conceito; requisitos; validade; eficácia; atributos; extinção; classificação, espécies e exteriorização; vinculação e discricionariedade. 9. Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação e controle; forma, meios e requisitos; delegação: concessão, permissão, autorização. 10. Controle da administração: administrativo; legislativo e judiciário.)

Item I	Pontuação
Apesar do Parecer Normativo nº AC-51 da AGU, permitindo recurso hierárquico impróprio no âmbito federal	0,0 – 2,0
A doutrina de forma majoritária afirma que inexistindo previsão legal de sua existência a concessionária ABCD não poderá interpor recurso ao Secretário de Estado	0,0 – 2,0
Quanto ao mérito, o candidato deve abordar que o ato administrativo, quando discricionário, apresenta uma área a qual o Judiciário não pode se imiscuir, vez que representa o juízo de conveniência e oportunidade do Administrador Público	0,0 – 2,0
Apesar disso, no caso narrado, poderia o Judiciário amparar a pretensão da ABCD se entender que a mudança do que havia sido anteriormente, e em outras oportunidades, aprovado pela própria agência, violaria o princípio da segurança jurídica (<i>nemopotestvenire contra factumproprium</i>)	0,0 – 2,0

Item II	Pontuação
A jurisprudência do STF se consolidou no sentido de que é constitucional a lei da agência fixar mandato a prazo fixo para os diretores, vedando o chefe do Poder executivo de exonerar <i>ad nutum</i> os diretores	0,0 – 2,0
Alterando o entendimento primeiro do E. STF consubstanciado no Enunciado nº 25 de sua Súmula em sentido contrário	0,0 – 2,0

Item III	Pontuação
Devem ser criadas normas que inibam os dirigentes de agências reguladoras de atuar em favor do interesse de grupos econômicos nos quais tenham trabalhado, como é exemplo a regra da quarentena	0,0 – 2,0
Devem ser incentivados os controles sociais realizados pelos consumidores e usuários interessados, por meio, por exemplo, de consultas e audiências públicas	0,0 – 2,0

LÍNGUA PORTUGUESA

Para efeito de correção de Língua Portuguesa dos textos redigidos pelos candidatos nas questões da prova escrita discursiva, foi levado em consideração:

Item		Pontuação
I	A estrutura textual – coesão, coerência e gênero textual	0,0 – 0,1 – 0,2 – 0,3 – 0,4 – 0,5 – 0,6 – 0,7 – 0,8 – 0,9 – 1,0
II	Normas gramaticais – morfologia e sintaxe	0,0 – 0,1 – 0,2 – 0,3 – 0,4 – 0,5 – 0,6 – 0,7 – 0,8 – 0,9 – 1,0
III	Normas ortográficas vigentes – letras e acentos	0,0 – 0,1 – 0,2 – 0,3 – 0,4 – 0,5 – 0,6 – 0,7 – 0,8 – 0,9 – 1,0
IV	Utilização adequada do vocabulário	0,0 – 0,1 – 0,2 – 0,3 – 0,4 – 0,5 – 0,6 – 0,7 – 0,8 – 0,9 – 1,0